

A rivalidade luso-espanhola no sul do continente americano

Eugénio dos Santos

A delimitação de fronteiras entre os domínios portugueses e espanhóis da América revestiu-se sempre de uma grande tensão, a qual obrigou as diplomacias de ambos os países a duras batalhas jurídico-políticas. Manifestou-se constantemente uma rivalidade muito clara entre as duas monarquias ibéricas a propósito da demarcação das suas zonas de influência em solo americano, o que se traduziu frequentemente em situação de ruptura total de pontos de vista dos governantes, recorrendo-se, por isso, à guerra aberta, como forma última de impor soluções no terreno. E, se múltiplos foram os focos de tensão, durante mais de dois séculos, para impor aquilo a que poderemos designar como as fronteiras naturais apontadas, sobretudo pelos cursos regulares de água do interior sul americano, nenhuma região se transformou em espinho tão penoso, para diplomatas e militares, como a região platina. De facto, Portugal ambicionava, desde muito cedo, alargar a sua zona de influência nesse território sul-americano até à imensa bacia hidrográfica constituída pelo estuário da Prata, considerada um limite natural e, portanto, uma fronteira segura. Com efeito, temos notícia de várias viagens de navegação feitas ao longo da costa brasileira em direcção ao sul, iniciadas logo em 1501, na primeira das quais teria participado o famoso Américo Vespúcio, procurando por aí uma passagem para as Molucas. Certa foi a presença de uma expedição portuguesa ao Prata, em 1512, comandada por Estêvão Flores e João de Lisboa, este um hábil e competente piloto¹.

Outras se lhe seguiram tanto de portugueses como de espanhóis, como as de João Diaz de Solis, que aí perdeu a vida, de Cristovão Jacques, de Sebastião Caboto em 1527, de Diogo Garcia, em 1528 e de outros.

Contudo, a expedição que mais importa reter foi a comandada por Martim Afonso de Sousa, entre 1530 e 1532. Dela fazia parte seu irmão Pero Lopes de Sousa, piloto da expedição. Ora esta viagem foi preparada oficialmente por ordem de D. João III e, após passagem pelo Rio de Janeiro, seguiu rumo ao sul. O naufrágio da nau capitânea ao largo da costa do actual Rio Grande, ou pouco mais a sul, impediu o nobre Martim Afonso de chegar ao Prata. Mas lá esteve seu irmão Pero (ou Pedro), o qual fez observações no enorme estuário, as quais deixou documentadas, com notícias interessantes sobre aborígenes encontrados e sobre a fauna e flora da região. Regressando este do estuário e voltando em direcção ao norte, os dois irmãos Sousa reencontraram-se nos últimos dias de 1531 ou nos primeiros do ano seguinte, rumando a S. Vicente, onde Martim Afonso fundaria a 1ª vila em solo sul brasileiro. Ora esta viagem perseguia dois objectivos essenciais: o primeiro visava encontrar metais preciosos de cuja existência no interior se falava insistentemente e o segundo consistia em observar as terras lusitanas do sul nas quais foram deixados por Pero Lopes dois padrões com armas reais portuguesas (em terra próxima aos Carandins, hoje solo argentino). Pode discutir-se se Martim Afonso desejava já estabelecer como limite meridional da soberania lusitana o estuário da Prata, como sugeriu o com. Eugénio de Castro², ou se, conhecendo os limites do território português impostos pelo meridiano de Tordesilhas de 1494, não mais reclamou a posse do grande rio para Portugal.

¹ Cf. Anibal Barrios Pinto, "Poblamiento y Aspectos Economicos de la Banda Septentrional del Rio de la Plata". *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande*. Rio de Janeiro, 1979, 1º vol. P.189.

² *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, Rio de Janeiro, 1927, p.59.

Desde então e até ao 3º quartel do séc. XVII a disputa das fronteiras luso-castelhanas no sul do continente esbateu-se, por razões sobejamente conhecidas. Dentre estas deveremos não olvidar a vertente africana da política externa portuguesa, as rivalidades europeias no Oriente, a crise dinástica nacional com o acesso dos Filipes de Espanha ao trono lusitano, o longo período de enormes dificuldades económicas e político-diplomáticas durante o domínio filipino (1580-1640) e, finalmente, a mobilização geral do país para guerra da independência, concluída apenas em 1668, acrescida, por último, da crise dinástica entre D. Afonso e D. Pedro, resolvida a favor deste último. Porém, o esbatimento das rivalidades das monarquias ibéricas na região platina não era sinónimo da sua inexistência. Com efeito, em 1534, Carlos V concedeu a um aristocrata castelhano, Pedro de Mendoza, a terra vaga entre os paralelos 25 e 36 e daí até ao Pacífico, com a condição de que deveria adiantar-se aos portugueses na ocupação efectiva da região, na qual pontificavam os índios querandis. Organizou-se uma poderosa expedição (16 barcos e uns 1.600 homens), financiada especialmente por flamengos, a qual partiu em direcção ao Rio da Prata, em 1535. Aí chegou em Fevereiro de 1536, estabelecendo o seu acampamento num local seleccionado, chamado Puerto de N^a S^a Santa Maria del Buen Aire, núcleo donde surgiria a grande capital sul americana da nação Argentina, a Buenos Aires de hoje. Mas, a partir de então e até a 2ª metade de 1600 poucas foram as tentativas de fixação dos povos ibéricos nessa enorme região (exceptuando-se a fundação de Assunção, em 1537). Por isso mesmo, um autor contemporâneo julgou poder afirmar: “Nos séculos XVI e XVII os territórios do Rio da Parta...estavam entre os menos desenvolvidos do grande império americano de Espanha”³. Isso não significava, contudo, que fossem menos importantes no contexto dos impérios ibéricos, tanto do lado português, quanto do castelhano. É que a imensa bacia hidrográfica onde desaguavam os rios Uruguai e o Paraguai constituía uma óptima e permanente via de acesso ao interior sul americano, designadamente ao Peru, rico em metais preciosos. Alice Canabrava demonstrou que entre 1580 e 1640 a região platina foi uma área de intenso comércio e também do contrabando, onde eram trocados os metais preciosos do interior (ouro e prata) pelos artigos carregados para essa região pelos europeus (escravos, tecidos, ferro, sal, especiarias, gêneros alimentares)⁴. Nesse tráfico mercantil participavam os portugueses e também ingleses e franceses, que abasteciam os espanhóis, com a conivência dos lusitanos, a que muitas vezes estavam associados. Durante a união dinástica (1580-1640) esse tráfico tornou-se legítimo e foi incentivado.

Assim, desde 1595 o português Pedro Gomes de Reinel possuía um “asiento” para introduzir escravos negros no estuário da Prata, tornando-se os lusitanos hegemónicos nesse tráfico durante a primeira metade de 600, como ensina a referida especialista Alice Canabrava⁵. No ano seguinte (1596) um comerciante português escrevia do Rio de Janeiro uma carta a seu irmão, em Lisboa, na qual lhe comunicava os fabulosos preços que alcançavam as mercadorias comercializadas no Prata. Referia concretamente a grande procura de chapéus no Peru e no Reino de Granada e afirmava que os barcos entravam no estuário e subiam os rios com açúcar, arroz, tafetás e muitos outros gêneros. E continuava esse comerciante de nome Francisco Soares: “Se os negociantes de Espanha e Portugal tivessem conhecimento deste comércio não mandariam nem arriscariam tantas mercadorias por Cartagena, como fazem, porquanto este rio é um grande ponto de comércio, o mais próximo e mais fácil caminho para ir ao Peru⁶. A restauração da independência nacional, em 1640, dificultou esse comércio na região, uma vez que Portugal e Espanha se encontravam em guerra aberta. Mas essa antiga fonte de receitas não podia abandonar-se.

³ David Rock, *Argentina, 1516-1987. Desde la colonización española hasta Raul Alfonsín*. Buenos Aires, 1989, p.30.

⁴ Alice P. Canabrava, *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte (Itatiaia) 1984.

⁵ *Ibidem*, p.59.

⁶ Cf. Corcino Medeiros dos Santos, *Economia e Sociedade no Rio Grande do Sul. Século XVIII*. S. Paulo, 1984, p.147.

Eis por que o novo rei português D. João IV determinou ao governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá que tomasse as providências adequadas para reactivar as relações comerciais nessa área geográfica. A resposta dada pelo governador é bem significativa: “No estado presente acho dificultoso pela falta de negros com a perda de Angola, porque esta era a mercadoria de que os castelhanos mais necessitam; porém vencida esta dificuldade, se pode do Rio de Janeiro e de São Vicente, em navios mercantes e que demandem pouca água, embarcar 500 até 600 homens com índios”⁷. Salvador Correia de Sá foi mais longe nas suas observações. Aconselhava a fundação de um estabelecimento lusitano (talvez uma fortaleza) perto de Buenos Aires, mas tendo o cuidado de não molestar as gentes dessa cidade. Os paulistas avançariam por terra em direcção ao sul e a oeste, alcançando o rio Paraguai, onde seria facilitado o comércio, o abastecimento de carne e couros, ficando ainda aberta uma estrada até Potosí. E concluía o governante: Isto “sei por experiência por haver andado este caminho e notado tudo o que aponto”⁸. Desde há muito se havia estabelecido, portanto, uma forte corrente comercial através de Buenos Aires, onde moravam muitos portugueses⁹, ligando o Peru e Tucuman ao Brasil, a Portugal e à África, especialmente à portuguesa. O contrabando rendoso compensava os riscos que era necessário correr. Os portugueses não estavam dispostos a abdicar dele. Ora no 3º quartel de Seiscentos o comércio luso-brasileiro entrou em crise evidente.

Eram necessárias novas fontes de receitas. A fundação da colónia do Sacramento, em 1680, frente a Buenos Aires, mas na margem esquerda do estuário, não resultou, pois, numa surpresa, uma vez que ela se transformou, a curto prazo, num ponto privilegiado de contrabando, sobretudo de prata e couros¹⁰. Mas ela viria a constituir também a razão imediata e mais profunda do diferendo luso-castelhano no sul do continente, durante quase um século. Tornar-se-ia num símbolo da soberania lusitana, que pretendia alargar-se até aos limites naturais. E nenhum era tão significativo como o estuário da Prata. A sua história é sobejamente conhecida e não pretendemos rememorá-la aqui¹¹.

Retenhamos apenas alguns aspectos decisivos. Portugal havia superado uma gravíssima crise política interna, ocorrida entre 1666 e 1668. O seu termo implicou a queda do poderoso ministro conde de Castelo Melhor e a entrega do poder ao infante D. Pedro e ao seu grupo de apoio. D. Afonso VI deixava o governo a seu irmão. A paz era restabelecida com a Espanha, pois falecera Filipe IV em 1665, que a ela se opunha e também por pressão simultânea da França e da Inglaterra. Assim, no início de 1668, Portugal e Espanha assinaram o tratado de paz, que em 13 artigos, garantia a cessação das hostilidades, tanto nos reinos, como nos senhorios de ambas as nações.

Ora foi logo após este acontecimento que o regente D. Pedro resolveu solicitar à Espanha a devolução das Ilhas Filipinas ou, em contrapartida, o pagamento de 350.000 ducados de ouro, previstos na convenção de Saragoza, em 1529. Portugal passava por um período de grandes dificuldades financeiras, originadas pela longa guerra da restauração e julgava ter direito a uma satisfatória indemnização de guerra, como havia proclamado Castelo Melhor.

⁷ Citado por Corcino M. Dos Santos, *idem*, p.148.

⁸ *Idem*.

⁹ Luís Ferrand de Almeida faz-se eco deste facto ao transcrever uma carta do governador de Buenos Aires D. José de Garro, de Fevereiro de 1680, na qual este dizia ao vice rei do Peru: “esta ciudad, Señor, por la mayor parte se compone de Portugueses, sus hijos y descendientes...”. Cf. *A Colónia do sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, 1973, p.57.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ As obras essenciais sobre a matéria são: Simão Pereira de Sá, *História topográfica e bellica da Nova Colónia do Sacramento do Rio da Prata*. Edição fac-similada, executado pelo Banco Real (Brasil). Porto Alegre, 1992. Jonathas da Costa Rego Monteiro. *A Colónia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre, 1937, 2 volumes, sendo o 1º de texto e o 2º contendo os documentos essenciais. Jaime Cortesão, *Tratado de Madrid. Antecedentes – Colónia do Sacramento*. Rio, 1954.

Havia descontentes com a paz de 1668, porque esta, sendo desejadíssima, não sanava as feridas abertas no tecido nacional. Era justo pedir compensações. Por isso D. Pedro as solicitou. Uma e outra das duas hipóteses aventadas recebeu resposta negativa. A Espanha não abria mão do controle das Filipinas e também não estava disposta a desembolsar tanto dinheiro. D. Pedro cogitou maduramente na vingança compensatória. Soube prepará-la e esperar o momento. E ele surgiu em 1680, quando, sob o comando de Manuel Lobo, mandou que fosse erigida a fortaleza e colônia de Sacramento, na embocadura do estuário da Prata. As razões últimas do governante português nunca foram tornadas públicas, mas parece óbvio que, se os espanhóis consideravam as Filipinas dentro da sua esfera de influência, mercê da divisão feita em Tordesilhas, então os portugueses tinham direito a avançar para oeste, em solo brasileiro, bem para além do meridiano de 1494. Além disso, não haviam as autoridades espanholas manifestando qualquer intenção clara de estabelecerem povoados seus na margem esquerda do estuário platino.

O príncipe não agia, contudo, de ânimo leve. A sua diplomacia havia conseguido anos antes, através da bula Romani Pontificis, de 16 de Novembro de 1676, a criação da diocese do Rio de Janeiro, com uma jurisdição enorme, alargando-se do Espírito Santo a todo o centro oeste e sul. Mas o documento pontifício era muito explícito: o poder do bispo da nova catedral de S. Sebastião do Morro do Castelo¹² alongava-se até ao Prata. Tudo parecia propício ao avanço dos portugueses para sul, em direcção às terras vagas. Alguém, contudo, se inquietava com tal política povoadora. Eram “os jesuítas das *Missiones del Uruguay* e os muitos índios das suas aldeias.

Nunca faltaram a estes últimos motivos para que se lembrassem da existência dos portugueses de São Paulo, especialmente dos que iam ao Guairá em busca de mão-de-obra para as minas da Capitania¹³. Foram eles quem alertou o governador de Buenos Aires para o que estava a suceder e para os riscos que isso (a fundação da Colónia) implicaria para as terras de Espanha. A reacção, como sabemos, foi imediata. É que a Colónia foi estabelecida, sobretudo por militares (cerca de uns 300, entre oficiais e soldados), o que constituía um perigo para a soberania espanhola¹⁴. Os súbditos de Portugal iam para ficar, sem dúvida, pois, além desses militares, desembarcavam índios, escravos negros, alguns mestiços livres, sacerdotes, várias mulheres brancas, médico e almoxerife. Aliás, o regimento dado ao chefe da expedição falava de duas fortalezas, uma a construir em terra firme (Colónia) e outra na ilha de S. Gabriel, além da formação das “povoações que poderem ser”, habitadas por vassallos da coroa lusitana, fossem eles índios ou outros súbditos deslocados das terras mais a norte¹⁵. Quem projectou a fortaleza foi o capitão engenheiro António Correia Pinto, que superintendeu a construção, de forma quadrada, com baluartes nos ângulos. Mas ela ainda não estava concluída, quando, entre 6 e 7 de Agosto de 1680, um exército espanhol, composto sobretudo por índios guaranis, a atacou e destruiu completamente. Durara, portanto, pouco mais de meio ano esse emblema incómodo da presença lusitana no Prata. D. Manuel Lobo foi preso e conduzido a Buenos Aires, onde morreu.

Logo a partir de 1681, ao tomar conhecimento do sucedido, Portugal protestou junto de Espanha, exigindo reparação da ofensa. Na realidade, o governador buenairense D. José de Garro foi punido e enviado para Tucumán, pelo seu procedimento violento. As duas coroas assinaram, após conversações, um tratado provisional, em Maio de 1681, no qual se estipulava que Portugal podia reconstruir a Colónia do Sacramento. Nada se dizia, contudo, acerca do território anexo. Desse modo Portugal entendia que lhe era reconhecido o direito à ocupação da margem esquerda do Prata. Não era idêntico o entendimento da corte espanhola. Por isso se reuniram duas comissões de ambas as partes para discutirem o assunto, em Badajoz, nesse ano de 1681.

¹² Arlindo Rubert, *A Igreja no Brasil. Expansão Missionária e Hierárquica. (Século XVII)*. Santa Maria, s.d., vol.II. p.152.

¹³ Marcos Carneiro de Mendonça, *Rios Guaporé e Paraguai, Primeiras Fronteiras Definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro, 1985, (Xerox), p.4.

¹⁴ Luis Ferrand de Almeida, cit., p.51.

¹⁵ *Regimento* dado a D. Manuel lobo, em 18 XI 1678.

Não chegaram a acordo, nem o arbítrio do Papa, entretanto solicitado, resolvia o diferendo. Portugal decidiu agir no terreno: reconstruir a fortaleza e subordinar o seu governo à comandância militar do Rio de Janeiro. Em 1683, Duarte Teixeira Chaves, novo governador do Rio, tomava posse do território da Colônia e iniciava as obras. Pareciam sanados os problemas mútuos. Na realidade, porém, não estavam. Inquietos continuavam o Cabildo de Buenos Aires e o P. Altamirano, superior das missões jesuíticas, o primeiro porque temia a concorrência comercial, estratégica e o contrabando dos portugueses e seus aliados no estuário; o segundo, porque receava que os temíveis paulistas voltassem à campanha ganadeira do sul, para prear índios, gado e “limpar” essa zona da influência jesuítica. Porém, Teixeira Chaves procurara fornecer ao forte condições de sobrevivência antes do seu regresso ao Rio de Janeiro. Deixara como governador o tenente mestre de Campo Cristóvão de Ornelas Abreu.

A vida da Colônia tornou-se, daí em diante, um misto de heroísmo e lealdade aos planos políticos traçados por Portugal, um lugar de escândalos e deserções múltiplas (sobretudo para Buenos Aires), um ponto de refúgio de contrabandistas e perseguidos de um e outro lado. A partir de 1686, a falta de gente tornava-se alarmante, como clamava o seu governador, mesmo após os reforços enviados do Rio de Janeiro. A sua manutenção, a verificar-se, até poderia considerar-se milagrosa, pois, como referia uma *Informação do Estado do Brasil* dessa época, não havia mulheres na fortaleza e sem elas não era possível perpetuar uma população.

Ora, como bem acentuou Luís Ferrand de Almeida, o governo de D. Pedro II compreendeu perfeitamente o problema e procurou encontrar as soluções adequadas¹⁶. O abastecimento da fortaleza passou a ser efectuado com regularidade, organizaram-se forças navais para patrulharem a costa do Brasil sul até ao estuário, fomentou-se a deslocação de voluntários para a praça, sobretudo de casais mais jovens. O novo governador Francisco Naper de Lencastre, que dirigia interinamente o governo carioca, para lá fez deslocar tudo o que lhe parecia adequado: homens, mulheres solteiras, casais de índios, dinheiro, mantimentos, carros, ferramentas, recorrendo a incentivos variados.

O autor citado escreveu por isso: “Entre as consequências desta política avulta o crescimento demográfico, que é um dos aspectos fundamentais da vida social da Colônia na última década do século XVII”¹⁷. Com efeito, a população aí foi crescendo e, para satisfazer suas necessidades alimentares, parte dela, mesmo soldados, tornava-se também agricultora, ou caçadora de gado na campanha próxima. Os problemas de assistência religiosa e sanitária foram também encarados e, na medida das disponibilidades, solucionados. Com vida própria e sempre acarinhada pela coroa portuguesa, a Colônia do Sacramento tornou-se uma preocupação constante para Espanha. A sua vida foi decorrendo sem grandes incidentes, até à intervenção portuguesa na guerra da sucessão espanhola.

Mercê desta, como sabemos, ela foi cercada e violentamente atacada por um exército hispano-guarani, caindo na sua posse no início de 1705. Foi necessário esperar 10 anos pela sua devolução (Tratado de Utrecht, de 1715). Aí reivindicaram os portugueses a restituição da Colônia e de todas as terras até ao Rio da Prata, no que os espanhóis não queriam consentir. As suas razões eram as mesmas de sempre: ficaria em perigo a cidade de Buenos Aires, seria afectadíssimo o comércio no estuário, especialmente o da prata de Potosí, corria perigo o monopólio espanhol das índias ocidentais, seria inevitável o contrabando por terra e por água, sobretudo dos apetecidos couros uruguaios. Mas..., por fim, o ponto de vista lusitano parecia ter triunfado, pois Filipe V teve que devolver o “Território e Colônia do Sacramento”, como referia o documento assinado.

Pois bem, o sentido da letra desse documento tornou-se de interpretação altamente conflituosa e mais um ponto nevrálgico de longo diferendo luso castelhano no sul da América.

¹⁶ *Op. cit.*, pp.60 e seguintes.

¹⁷ *Idem*, p.62.

Com efeito, o que era o território da Colónia? Apenas aquele que era compreendido pela terra circunscrita na distância atingida por um tiro de canhão disparado da fortaleza, como dizia o governador de Buenos Aires D. Baltasar García Ros a Filipe V? Ou, como pretendiam os portugueses, a infindável campanha espreada para norte da fortaleza, onde viviam os índios minuanos com os quais os portugueses mantinham boas relações? Este problema jamais foi satisfatoriamente ultrapassado por ambas as diplomacias.

Entretanto, sentindo o perigo de ma ocupação portuguesa na vastíssima região norte platina, os espanhóis avançaram com a fundação de Montevideu, em 1724, após uma tentativa falhada dos lusitanos no mesmo lugar, no final do ano anterior. Essa fundação viria a determinar politicamente o futuro da região, favorável a Espanha. Mas Portugal não se resignava ao isolamento da Colónia. O ouro aparecido em Minas Gerais, em quantidade notável e a correspondente mineração provocaram um afluxo e um crescimento demográfico rápido nas zonas interioranas. Os paulistas necessitavam de gado bovino, cavalos e ovelhas. Estes existiam abundantemente nos campos do sul, já percorridos e conhecidos, sobretudo por lagunistas e por outros tropeiros famosos, como Cristóvão Pereira de Abreu, desde finais do século XVIII¹⁸. Era preciso abrir para lá caminhos e manter essas terras no domínio da coroa portuguesa.

Conhecidos esses desígnios, exasperaram-se os espanhóis, sobretudo os de Buenos Aires, cujo Cabildo protestava junto do governador e do monarca, no início da década de 30. Aproximavam-se os anos decisivos. Gomes Freire de Andrade fora nomeado capitão e governador geral do Rio de Janeiro, em 1733. Ora para ele a defesa e povoamento do sul eram uma prioridade indiscutível. Após madura ponderação e consultas, decidira-se o reforço da defesa da Colónia e a recuperação efectiva dos campos gaúchos, cuidando-se da sua defesa regular.

Em 1734, o novo governador de Buenos Aires, D. Miguel de Salcedo, chegado ao Prata, sujeitou a Colónia a uma enorme pressão. Era patente um clima de guerra aberta, mas nem D. João V, nem os seus representantes no Rio, estavam dispostos a ceder. Em 1736 saía de Lisboa uma esquadra, comanda por Luís de Abreu Prego, à qual se reuniram mais forças no Rio de Janeiro para actuarem no estuário platino. Não eram modestos os seus objectivos, que consistiam em expulsar os castelhanos de Montevideu, romper o bloqueio imposto à Colónia e fundar uma praça de guerra (ou presídio) no Rio Grande de S. Pedro. Dos seus desígnios explícitos, o segundo foi parcialmente atingido e apenas o último foi completamente alcançado. Em 1737, foi fundada a futura cidade de Rio Grande, núcleo do povoamento dos campos sulinos, para onde seriam enviados muitos casais, tanto das ilhas como do continente.

É a partir de então que o diferendo luso castelhano no sul do continente americano se tornará mais vivo, exigindo soluções diplomáticas muito delicadas e controversas. Do lado português sobressai o enorme labor levado a cabo por Alexandre de Gusmão, na longa e difícil preparação do tratado que seria assinado em Madrid, em 1750. Não está aqui em causa julgá-lo nem analisá-lo o que fizeram magistralmente Jaime Cortesão e, mais recentemente, o nosso colega e amigo Luís Ferrand de Almeida¹⁹. Conhecido como Tratado de Limites ele deu origem ao início da demarcação das fronteiras luso-espanholas, executada quase sempre sob enorme tensão de ambos os lados. Aliás, o novo governo de Portugal, empossado justamente em 1750, não concordava com as cláusulas desse convénio, embora as não pudesse também contestar abertamente. As cartas secretíssimas que Pombal escreveria sobre isso a Gomes Freire são uma prova eloquente dessa postura política. Por ironia, quase poderíamos afirmar que o ponto principal do acordo luso-castelhano expresso no tratado de 1750 foi o

¹⁸ Cf. Do autor, "Os Açorianos no Povoamento e Defesa do extremo Meridional do Brasil: o caso do Rio Grande do sul". Actas do Colóquio do Faial, de 1993, em publicação.

¹⁹ *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro, 1951, 1953, 1956. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra, 1990.

esmagamento da resistência guarani e dos jesuítas a esta ligados. Quase tudo o mais foi conseguido sob forte pressão²⁰.

Em todo o caso, entre 1750 e 1777 foram dados passos decisivos para a concretização das fronteiras ibéricas na América. Mas, para que tal viesse a viabilizar-se, Portugal haveria que suportar uma guerra duríssima nesse martirizado sul do continente, a qual pôs frente a frente o patriotismo, a capacidade de resistência e a argúcia de uns e outros. Os lusitanos teimavam em chegar ao Prata, fazendo testa de ponte no forte de Santa Teresa, mas sem conseguirem avançar. Os espanhóis, após a anulação das cláusulas do tratado de Madrid, decidiram conquistar pela força toda a bacia platina da margem norte. Entre 1763 e 1777 estarão nessa região americana os povos ibéricos e seus aliados a ferro e fogo. O arrogante D. Pedro de Ceballos não conseguirá nunca conquistar para Espanha todo o território a partir de Laguna, em Santa Catarina, com que sonhara. O tratado de Santo Ildefonso, de 1777, negociado nos finais do governo josefino, garantirá ao Brasil uma enorme extensão para o sul, se não a desejada, pelo menos a possível. Eis a razão pela qual um autor brasileiro, que reuniu um enorme espólio documental sobre esta matéria, decidiu escrever: "Com a expulsão dos castelhanos do sul fica completo o perfil do Brasil, e coincide esse facto culminante com o período da morte de D. José I e o afastamento de Pombal do poder. Seus serviços prestados ao Brasil estavam já definidos e suas fronteiras fortificadas em sua maior extensão. Com a definição primeira do curso do Guaporé..., com o magistral trabalho de Francisco Xavier de Mendonça Furtado nas fronteiras de Amazônia e com a reconquista do Continente de S. Pedro do Rio Grande estava pronto o Brasil para o que se tornaria, em pouco tempo, sua configuração definitiva"²¹.

O diferendo luso-espanhol no sul do continente foi muito agudo e custou um preço muito alto a ambos os lados. Portugal só conseguiu resistir através de audácia, heroísmo, sacrifícios inauditos dos soldados e da inteligente e oportuníssima política da transferência de casais europeus para esses espaços vagos do sul²².

A ocupação progressiva do solo, a distribuição de terras e a sua rentabilização económica tornaram irreversível a presença portuguesa na região platina. A Colónia só voltaria definitivamente à soberania espanhola mercê das cláusulas do tratado de Santo Ildefonso, de 1777, mas servindo de barganha forte nas negociações fronteiriças. Acabava, assim, a utopia de os portugueses alargarem os seus domínios até ao Prata, ao menos por ora. Na realidade, mercê das guerras napoleónicas na Europa e, depois, por causa da política posta em prática pelo governo de D. João VI, no sul do Brasil, este alargou nessa época os seus domínios até ao rio da Prata. Embora efémero esse alargamento não deixou de ser emblemático: estava vingada a entrega da Colónia em 1777...

²⁰ Sobre esta vastíssima temática consulte: *El Tratado de Tordesillas y Su Epoca*. Congresso Internacional de História, 1995, s.l., Vol. III, pp. 1593 e ss

²¹ Marcos Carneiro de Mendonça, *Século XVIII, Século Pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro, 1989, (xerox), p.23.

²² João Borges Fortes, *Casais*, 1935, s.1.